

PORTARIA Nº 310, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Institui a Comissão Gestora do Portal da Transparência do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; com as alterações trazidas pela Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 13, de 11 de abril de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), no que concerne ao rol de atribuições dos órgãos e setores desta Corte de Justiça; e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de transparência ativa e passiva do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, de forma a tornar mais eficiente o direito fundamental de acesso à informação pública,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Gestora do Portal da Transparência do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, sob a coordenação da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) deste Tribunal, que terá a seguinte composição:

- I – Representante da Corregedoria Geral de Justiça;
- II - Representante da Ouvidoria;
- III - Representante da Secretária-Geral;
- IV – Titular da Secretaria de Gestão Estratégica;
- V – Titular da Secretaria de Administração;
- VI – Titular da Secretaria de Orçamento e Finanças
- VII – Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VIII – Titular da Secretaria de Comunicação Social;
- IX – Titular da Secretaria Judiciária;
- X – Titular da Secretaria de Auditoria Interna;
- XI – Titular do Gabinete de Segurança Institucional.

Parágrafo único. Nos impedimentos e ausências dos titulares, os substitutos imediatos serão convocados para compor a Comissão.

Art. 2º Compete à Secretaria de Gestão Estratégica (SGE):

I – orientar unidades e órgãos específicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte com vistas ao atendimento à Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com as alterações trazidas pela Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009; à Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e às demais normas correlatas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ ou pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE;

II – coordenar as atividades relativas à garantia da permanente atualização do Portal da Transparência, que se encontra ancorado no sítio eletrônico oficial deste Tribunal de Justiça, com a finalidade de divulgar para o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade dados, informações e documentos sobre a execução fiscal e orçamentária de cada exercício fiscal, bem como informações sobre licitações e contratos; pessoal;

gestão patrimonial; estrutura organizacional; principais planos e projetos alinhados à estratégia do órgão, entre outros, atinentes à gestão do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. As atividades descritas no inciso II deste artigo serão executadas diretamente pelas unidades administrativas competentes relacionadas no Anexo Único desta Portaria.

Art. 3º Compete à Secretaria de Auditoria Interna (SAI) o dever de, quadrimestralmente, realizar monitoramento do conteúdo disponibilizado no Portal da Transparência do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, e apresentar à Comissão o resultado de cada análise efetuada mediante emissão de relatório específico, o qual, sempre que necessário, conterá recomendações acerca das medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência na exata conformidade com a legislação atinente à matéria.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 207, de 27 de janeiro de 2023, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador AMÍLCAR MAIA
Presidente

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 310, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA					
<i>LINKS</i>	<i>SUBLINKS</i>	PONTO DE VERIFICAÇÃO (Cf. ANEXO II da Res. 215/2015-CNJ)	FUNDAMENTO LEGAL	ATUALIZAÇÃO (periodicidade)	UNIDADE RESPONSÁVEL
Apresentação do Portal da Transparência	-	-	-	Sempre que os endereços eletrônicos das normas ali constantes sofram alterações.	SGE
	Apresentação	-	-	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Planejamento Estratégico do PJRN seja alterado.	SGE
		O TJRN disponibiliza no <i>site</i> as finalidades e os objetivos			

Planejamento Estratégico	Missão Institucional	institucionais e estratégicos?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração da Missão Institucional do PJRN.	SGE
	Visão Institucional	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> as finalidades e os objetivos institucionais e estratégicos?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração da Visão Institucional do PJRN.	SGE
	Valores Organizacionais	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> as finalidades e os objetivos institucionais e estratégicos?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração dos Valores Organizacionais do PJRN.	SGE
	Mapa Estratégico	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> o seu Mapa Estratégico, devidamente atualizado?	- Boas práticas.	Sempre que, no Plano Estratégico, haja alteração do Mapa Estratégico do PJRN.	SGE
	Plano Estratégico	O TJRN disponibiliza no <i>site</i> os objetivos estratégicos, metas e indicadores?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 1.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano Estratégico do PJRN seja alterado.	SGE
	Equipe Estratégica	O TJRN divulga no <i>site</i> o rol dos integrantes da sua Equipe Estratégica?	- Boas práticas.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da Equipe Estratégica do PJRN seja alterado.	SGE
	Legislação	O <i>site</i> divulga a resolução instituidora do Plano Estratégico do PJRN?	- Boas práticas.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora da resolução instituidora do Plano Estratégico do PJRN seja alterado.	SGE

		<p>No <i>site</i> está publicado o campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão'?</p>	<p>- Res. 215/2015-CNJ, art. 7º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 19.</p>		
		<p>Existe indicação precisa no <i>site</i> de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?</p>	<p>- Res. 215/2015-CNJ, art. 10; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 20.</p>		
		<p>A solicitação por meio do SIC faz exigência de identificação do interessado?</p>	<p>- Res. 215/2015-CNJ, art. 11, § 2º.</p>		
		<p>O <i>site</i> indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?</p>	<p>- Lei 12.527/2011, art. 9º, I, "b", e art. 10, § 2º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 25.</p>	<p>Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu "Acesso à Informação/Serviço de Informação ao Cidadão – SIC" seja alterado.</p>	
	Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	<p>O <i>site</i> prevê a possibilidade de o interessado apresentar pedido de informação por correspondência ou optar pelo recebimento da resposta em meio físico, seja por correspondência ou por retirada no local?</p>	<p>- Res. 215/2015-CNJ, art. 11, § 1º.</p>		Ouvidoria
		<p>O <i>site</i> prevê a possibilidade de o interessado optar pelo tratamento sigiloso</p>	<p>- Res. 215/2015-CNJ, art. 11, § 3º.</p>		

		dos seus dados pessoais?			
		O <i>site</i> prevê a possibilidade de isenção dos custos das respostas por correspondência ou em meio físico dos materiais utilizados quando a situação econômica do solicitante não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei n. 7.115/1983?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 11, § 1º, c/c art. 16, § único.		
	Contatos	Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 10; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 21.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Contatos” seja alterado.	Ouvidoria
		Há indicação de endereço de localização do SIC?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 10.		
		Há indicação de telefone(s) de atendimento do SIC?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 22.		
		Há indicação dos horários de funcionamento do SIC?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 23.		
		Existe indicação precisa no <i>site</i> de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa	- Res. 215/2015-CNJ, art.10; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 24.		
Acesso à Informação	e-SIC – Sistema Eletrônico do SIC				

	enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?			
Dúvidas Frequentes sobre Acesso à Informação	O TJRN publica as Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VIII; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 29.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu "Acesso à Informação/Dúvidas Frequentes sobre Acesso à Informação" seja alterado.	Ouvidoria
Relatórios Estatísticos	O Portal da Transparência apresenta, anualmente, relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 41, III.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu "Acesso à Informação/Relatórios Estatísticos" seja alterado.	Ouvidoria
Classificação/Desclassificação de Informações	O Portal da Transparência apresenta, anualmente, rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 meses?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 41, I.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu "Acesso à Informação / Classificação/Desclassificação de Informações" seja alterado.	Ouvidoria
	O Portal da Transparência apresenta, anualmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 41, II.		
Ações Viabilizadoras do Acesso à Informação	O Portal da Transparência apresenta, anualmente, descrição das ações desenvolvidas para a concretização do	- Res. 215/2015-CNJ, art. 41, IV.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu "Acesso	Ouvidoria

	direito constitucional de acesso à informação?		à Informação/Ações Viabilizadoras do Acesso à Informação” seja alterado.	
Perguntas Frequentes – FAQ	No site estão publicadas as Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, VI; - Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VIII; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 29.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Perguntas Frequentes – FAQ” seja alterado.	Ouvidoria
Carta de Serviços ao Cidadão	O site apresenta “Carta de Serviços ao Cidadão”, a qual visa beneficiar a sociedade, proporcionando facilitar um canal de comunicação que apresente alguns dos serviços prestados pelo TJ/RN ao cidadão.	- Boas Práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Carta de Serviços ao Cidadão” seja alterado.	Ouvidoria
Denúncias e Reclamações	O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 26.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página contenedora do menu “Acesso à Informação/Denúncias e Reclamações” seja alterado.	Ouvidoria
	O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 27.		
	O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 28.		

	Relatórios de Gestão Fiscal	O TJRN publica /disponibiliza no site o "Relatório de Gestão Fiscal", bem como suas eventuais modificações?	- LRF, art.48, <i>caput</i> , e art. 55, § 2º; - Res. 028/2020-TCERN, art. 18, § 1º, II, "a"; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 40.	Quadrimestralmente, em até 2 dias úteis após a publicação. Obs.: substituir o PDF disponibilizado, em caso de republicação de RGF, obedecido o mesmo prazo.	SOF
	Gestão Financeira Mensal	O TJRN publica mensalmente o Anexo I da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, "a", c/c Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 36.	Mensalmente, até o 10º dia de cada mês, disponibilização do Anexo I, referente aos dados do mês imediatamente anterior. (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, IV)	SOF
	Restos a Pagar – Resolução 102/2009-CNJ	O TJRN publica anualmente o Anexo I da Resolução 102/2009-CNJ, relativamente aos Restos a Pagar?	- Res. 102/2009-CNJ, art. 2º, § 3º.	Anualmente, até o dia 30 do mês de janeiro, disponibilização do Anexo I (Restos a Pagar), referente aos dados do exercício financeiro imediatamente anterior.	SOF
	Informações Orçamentárias por ano	O TJRN publica mensalmente o Anexo II da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, "a", c/c Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 37.	Mensalmente, até o 10º dia de cada mês, disponibilização do Anexo II, referente aos dados do mês imediatamente anterior. (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, IV)	SOF
	Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária	O TJRN publica na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, o Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição?	- Res. 195/2014-CNJ, art. 9º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 39.	Anualmente, até 31 de janeiro de cada ano.	SOF
		O TJRN mantém atualizado em seu sítio na <i>internet</i> o demonstrativo bimestral com os	- LRF, art. 9º;	Em até 2 dias úteis após publicação do ato de Limitação	

Limitação de Empenho e Movimentação Financeira	montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária?	- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	de Empenho e Movimentação Financeira, em caso de sua ocorrência.	SOF
Repasses/Transferências de Recursos Financeiros	O TJRN publica o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, II.	Automaticamente, a partir do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil – SOFC.	SOF
Plano Plurianual – PPA	O TJRN divulga na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra dos planos plurianuais, bem como de suas alterações?	- LRF, art. 48, caput.	Até 30 dias após publicação de cada PPA, assim como de cada norma que o altere.	SOF
Proposta Orçamentária	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra da proposta orçamentária?	- Res. 195/2014-CNJ, art. 4º, I, primeira parte.	Anualmente, até o dia 30 de setembro. Obs.: cada Proposta Orçamentária deve ser mantida pelo período mínimo de 5 anos. (Ver: Res. 195/2014-CNJ, art. 4º, § único)	SOF
Lei Orçamentária Anual – LOA	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra da Lei Orçamentária?	- LRF, art. 48, caput. - Res. 195/2014-CNJ, art. 4º, II, primeira parte; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 38.	Anualmente, até 30 dias depois da publicação da lei orçamentária. (Res. 195/2014-CNJ, art. 4º, § único).	SOF
Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, a íntegra da proposta interna de QDD e dos QDD internos, se houver?	- Res. 195/2014-CNJ, art. 4º, I e II.	Anualmente, até 30 dias depois da publicação da lei orçamentária. (Res. 195/2014-CNJ, art. 4º, § único)	SOF

Gestão Orçamentária e Financeira		O TJRN publica a íntegra da Lei Orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 38.	Obs.: cada Proposta Orçamentária deve ser mantida pelo período mínimo de 5 anos.	
	Diárias e Passagens Aéreas	O TJRN divulga, mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e/ou dos bilhetes emitidos?	- Res. 102/2009-CNJ, art. 3º, VI; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 73.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF / SETIC
	Contribuições Previdenciárias	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, informações sobre os valores repassados mensalmente para o INSS e o Fundo de Previdência, indicando o montante do Patrocinador e Patrocinado?	- Boas Práticas.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF
	Precatórios – <i>Spread Bancário</i>	No <i>site</i> constam informações sobre os valores repassados ao Tribunal em razão dos rendimentos – <i>spread bancário</i> – dos valores depositados pelos entes públicos para o pagamento de precatórios judiciais?	- Res. 102/2009-CNJ, art. 2º, VI, “d”; - Res. 115/2010-CNJ, art. 8º-A.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF
	Fundo de Desenvolvimento da Justiça – FDJ	No <i>site</i> constam informações sobre os valores arrecadados mensalmente pelo Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário?	- Res. 102/2009-CNJ, art. 2º, VI, “d”; - Legislação Estadual.	Mensalmente, até o dia 20 do mês subsequente ao de referência.	SOF
		No <i>site</i> constam informações sobre a destinação dos recursos provenientes da aplicação de pena			SOF

Penas Pecuniárias – Destinação dos Recursos	de prestação pecuniária recolhidos em conta judicial vinculada?	- Res. 154/2012-CNJ, art. 4º.	Mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao de referência.	
Depósitos Judiciais – Transferências	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, documentação elaborada para fins de cumprimento do que dispõe a Lei Complementar Nacional nº 151, de 5 de agosto de 2015?	- Lei Complementar Nacional 151/2015; - Port. 1.558/2015-TJRN, art. 5º, III.	Mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao de referência.	SOF
Precatórios – Relatórios da EC 99/2017	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, documentos gerados para efeito de acompanhamento do novo regime especial de pagamento de precatórios, introduzido pela <i>Emenda Constitucional nº 99</i> , de 14 de dezembro de 2017?	- EC 99/2017.	Mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao de referência.	SOF
Créditos Adicionais – Atos Autorizadores de Abertura	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, relações correspondentes a Decretos Estaduais autorizadores de aberturas de Créditos Adicionais a seu favor?	- Boas práticas.	Sempre que haja abertura de crédito adicional, em até 5 dias úteis após publicação do respectivo decreto estadual.	SOF
RGF – Comprovantes de Envio ao Poder Legislativo	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, documentação comprobatória do envio de via de cada Relatório de Gestão Fiscal – RGF à Assembleia Legislativa?	- Lei 10.028/2000, art. 5º, I.	Quadrimestralmente, até 5 dias úteis após ciência da AL/RN, mediante aposição de termo de recebimento em via do ofício de encaminhamento do RGF.	SOF

	Comprovação de Envio de Dados para compor RREO	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, documentação comprobatória do envio de dados da sua contabilidade ao Poder Executivo estadual, para fins de compor o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Rio Grande do Norte?	- Boas práticas.	Bimestralmente, até 5 dias úteis após a geração do documento respectivo.	SOF
Execução Orçamentária e Financeira	Balanço Orçamentário – Receita	O TJRN procede à disponibilização na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, para pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira?	- LRF, art. 48, II.	Automaticamente, a partir do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil – SOFC.	SOF
	Balanço Orçamentário – Despesa				
	Empenhos e Pagamentos				
	Duodécimos				
	Obrigações de Natureza Geral	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA informações pormenorizadas acerca da execução orçamentária e financeira da despesa, no que concerne aos atos praticados para a observância da ordem cronológica de pagamentos?	- Res. 032/2016-TCE/RN, art. 19, caput.		

Ordem Cronológica de Pagamentos	Obrigações de Baixo Valor	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA informações pormenorizadas acerca da execução orçamentária e financeira da despesa, no que concerne aos atos praticados para a observância da ordem cronológica de pagamentos?	- Res. 032/2016-TCE/RN, art. 19, caput.	Automaticamente, a partir do Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil – SOFC.	SOF
	Listas de Exigibilidades	O TJRN disponibiliza na <i>internet</i> , na área TRANSPARÊNCIA, até o décimo dia de cada mês, a “lista de exigibilidades” relativa ao mês anterior, por fonte de recursos? -	- Res. 032/2016-TCE/RN, art. 19, § único.		
	Apresentação	-	-	Atualização, sempre que necessária.	CLCC
		O <i>site</i> divulga a íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 43.		
		O <i>site</i> divulga a íntegra da Informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 44.		
		O <i>site</i> divulga a íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;		

	Licitações Públicas	projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 45.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação das “Licitações Públicas em andamento/realizadas” seja alterado.	CLCC
		O <i>site</i> divulga a íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 46.		
		O <i>site</i> divulga a íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 47.		
		O <i>site</i> divulga o nome do vencedor da licitação?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 48.		
Compras Governamentais		O <i>site</i> divulga a íntegra do Projeto Básico, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 51.		
		O <i>site</i> divulga a íntegra dos atos de reconhecimento e	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII,		

Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenham sido considerados sigilosos?	“a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 52.	Na mesma data de envio para o Portal do Gestor do TCERN de dados/documentos acerca das dispensas/inexigibilidades de licitação realizadas no âmbito do TJRN.	CLCC
	O <i>site</i> divulga a íntegra dos contratos firmados em decorrência da ratificação ou dispensa ou inexigibilidade de licitação?	- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 53.		
	O <i>site</i> divulga a íntegra dos Termos Aditivos dos contratos resultantes da ratificação ou dispensa ou inexigibilidade de licitação?	- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 54.		
Atas de Registro de Preços	O <i>site</i> divulga a íntegra das Atas de Registro de Preços vigentes no âmbito do TJRN?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação das “Atas de Registro de Preços vigentes” seja alterado.	CLCC
Contratos e Aditamentos	O <i>site</i> divulga a íntegra dos contratos firmados?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 49.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos “Contratos /Aditamentos firmados” seja alterado.	CLCC
	O <i>site</i> divulga a íntegra dos Termos Aditivos assinados?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “a”, c/c Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário;		

			- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 50.		
	Suprimento de Fundos	O TJRN divulga em local apropriado do Portal da Transparência o registro acerca de cada adiantamento, nos termos da legislação vigente?	- Res. 21/2019-TJRN, art. 44, § único.	Até 2 dias contados da baixa da responsabilidade do detentor do suprimento.	SOF
	Contratados – Valores Pagos	O TJRN publica no site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 42.	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês subseqüente ao de referência, de modo a que cada nova planilha substitua a do mês anterior, permanecendo sempre disponibilizada no Portal a do mês de dezembro de cada ano.	SOF
	Plano de Contratações Anual	O plano de contratações anual do TJRN encontra-se divulgado e mantido à disposição do público no seu sítio eletrônico oficial?	- Lei 14.133/2021, art. 12, VII e § 1º; - Res. 347/2020-CNJ, art. 9º.	Anualmente, até o 1º dia útil imediatamente posterior à data da sua publicação, prevista para até o dia 30 de outubro, conforme o art. 9º da Resolução 347/2020-CNJ.	SAD/SETIC
	Penalizações a Licitantes /Contratados	Consta no site a Relação das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas às quais o TJRN aplicou penalidades nos termos das leis de licitações públicas?	- Lei 8.666/1993, art. 87; - Lei 14.133/2021, art. 156.	Sempre que houver aplicação de penalidade da espécie, devendo a atualização da Relação ser disponibilizada no site no prazo de até 5 dias úteis após publicação do ato administrativo aplicador da sanção.	CLCC
	Convênios	No Portal da Transparência acham-se divulgados a íntegra de todo Termo de Convênio ou Termo Aditivo a determinado convênio firmado no âmbito do TJRN, no qual este figura como	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 55.	Até 3 dias úteis após publicação no DJe de qualquer Termo de Convênio ou Termo Aditivo a determinado convênio anteriormente firmado.	CLCC

		Órgão transferidor de recursos?			
Instrumentos de Cooperação	Convênios				
	Acordos de Cooperação				
	Termos de Cessão	O TJRN publica no <i>site</i> a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 55.	Até 3 dias úteis após publicação no DJe de qualquer Instrumento de Cooperação ou Termo Aditivo a determinado instrumento anteriormente firmado.	CLCC
	Termos de Doação				
	Termos de Adesão				
	Termos de Adoção				
Prestações de Contas	Contas Anuais de Gestão		- LRF, art. 48, <i>caput</i> ; - Resolução nº 012/2016-TCERN; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 76.	Anualmente, em até 2 dias úteis após a data de envio das Contas ao TCE/RN.	SAI
		O site apresenta Relatório e Certificado de Auditoria, Parecer do Órgão de Auditoria Interna e pronunciamento do Presidente do Tribunal?	- LRF, art. 48, <i>caput</i> ; - Resolução nº 012/2016-TCERN; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 77.		

			<p>- LRF, arts. 48, <i>caput</i>, e 56;</p> <p>- Res. 028/2020-TCERN, art. 18, § 1º, II, “b”;</p> <p>- Acórdão TCU 2622/2015 – Plenário, item 9.2.1.9;</p> <p>- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 78.</p>	Até o 5º dia útil posterior à data do efetivo recebimento pelo TJRN de comunicação do TCERN a respeito do julgamento das Contas do respectivo exercício.	SAI
Auditorias Internas		O site apresenta Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP?	- Res. 309/2020-CNJ, art. 32, § 2º.	Quadrienalmente, após publicação do PALP no Dje, limitada a disponibilização no Portal até o 15º dia útil de dezembro.	SAI
		O site apresenta Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI?	- Res. 309/2020-CNJ, art. 32, § 2º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 79.	Anualmente, após publicação do PAAI no Dje, limitada a disponibilização no Portal até o 15º dia útil de dezembro.	
		O site apresenta as relações de auditorias, inspeções administrativas e monitoramentos realizados pela SAI, juntamente com os respectivos relatórios?	- Boas Práticas.	Até 2 dias úteis após conclusão do Relatório de Auditoria, de Inspeção ou de Monitoramento.	
		O site apresenta o Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud?	- Res. 309/2020-CNJ, arts. 69 a 73; - Anexo da Port. 422/2020-TJ, arts. 38 a 42.	Anualmente, até 2 dias úteis após publicação do PAC-Aud no DJe.	
		O TJRN publica o Anexo III-a da	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “c”;		

		Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 56.		
	Estruturas Remuneratórias	O TJRN publica o Anexo III-b da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, "c"; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 57.	Sempre que houver alteração nas estruturas remuneratórias (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, II).	DRH
		O TJRN publica o Anexo III-c da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, "c"; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 58.		
		O TJRN publica o Anexo IV, Alínea "a", da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 59.		
		O TJRN publica o Anexo IV, Alínea "b", da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 60.		
		O TJRN publica o Anexo IV, Alínea "c", da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 61.		
		O TJRN publica o Anexo IV, Alínea "d", da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 62.		

	<p>Quantitativos de Cargos e Funções</p>	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “e”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 63.</p>	<p>Quadrimestralmente.</p>	<p>DRH</p>
	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “f”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “f”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 64.</p>		
	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “g”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “g”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 65.</p>		
	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “h”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>O TJRN publica o Anexo IV, Alínea “h”, da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Lei 13.242/2015, art. 108; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 66.</p>		
<p>Membros e Agentes Públicos</p>	<p>O TJRN publica o Anexo V da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>O TJRN publica o Anexo V da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 67.</p>	<p>Sempre que houver modificação das relações (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).</p>	<p>DRH</p>
<p>Empregados de Empresas Contratadas</p>	<p>O TJRN publica o Anexo VI da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>O TJRN publica o Anexo VI da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 68.</p>	<p>Sempre que houver modificação das relações (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).</p>	<p>CLCC</p>
<p>Servidores de Outros Órgãos</p>	<p>O TJRN publica o Anexo VII da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>O TJRN publica o Anexo VII da Resolução 102/2009-CNJ?</p>	<p>- Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 69.</p>	<p>Sempre que houver modificação das relações (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).</p>	<p>DRH</p>

Informações sobre Pessoal	Membros e Servidores Afastados	O TJRN publica a relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “e”; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 71.	Sempre que houver modificação das relações (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).	DRH
	Folha de Pagamento – Detalhamento	O TJRN publica a remuneração e os proventos de membros, servidores, ativo, aposentado, pensionista e colaboradores?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, c/c Res. 102/2009-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO I e ANEXO II, item 72.	Sempre que haja movimentação relativa a remuneração e/ou proventos, sendo efetuada a atualização automática no Sistema TRANSPARÊNCIA, a partir do Sistema Folha de Pagamento contratado junto à Empresa Top Down Consultoria (SOFC).	DRH
	Folha de Pagamento – Lista de Rubricas	O TJRN disponibiliza no Portal da TRANSPARÊNCIA o quadro com discriminação de todas as rubricas utilizadas na sua folha de pagamento, com seu código, denominação e fundamento legal?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “c”.	Sempre que haja qualquer modificação relativamente ao conteúdo da Lista de Rubricas.	DRH
	Ajudas de Custos, Auxílios e Benefícios	O TJRN publica no seu site dados relativos a ajudas de custo, auxílios e benefícios pagos a membros da magistratura e a servidores a qualquer título, a colaboradores e colaboradores eventuais.	- Res. 102/2009-CNJ.	Mensalmente.	DRH
		O TJRN publica a relação de membros e servidores que participam de			

	Participantes em Conselhos e Assemelhados	Conselhos assemelhados, externamente instituído?	e - Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “F”.	Sempre que houver modificação das relações (Res. 102/2009-CNJ, art. 4º, § 1º, III).	DRH
		O TJRN publica o Anexo V da Resolução 102/2009-CNJ?	- Res. 102/2009-CNJ.		
	Estagiários	O TJRN divulga no seu site a relação dos estagiários que se encontram em atuação no órgão?	- Boas práticas.	Até o 5º dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, relativamente às referências DEZ, FEV, ABR, JUN, AGO e OUT.	DRH
	Tabela de Lotação de Pessoal (TLP)	O TJRN publica, semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VII, “b”, c/c Res. 219/2016-CNJ, art. 15, § único; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 70.	Semestralmente: - até 30 de março, referente à lotação do dia 1º de janeiro do ano respectivo; e - até 30 de setembro, referente à lotação do dia 1º de julho do ano respectivo.	DRH
	Provimientos e Vacâncias	O órgão publica no site os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança?	- Lei 13.242/2015, art. 100.	Até o 5º dia útil após publicação.	DRH
	Servidores em Regime de Teletrabalho	O TJRN divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	- Res. 227/2016-CNJ, art. 5º, § 8º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 74.	Semestralmente, até o 5º dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, tomando como referência a posição no último dia do mês imediatamente anterior.	DRH

	Magistrados – Atividades de Docência	O tribunal divulga a base de dados com as informações indicadas no art. 3º (atividade docente por magistrado com indicação da instituição de ensino, horário e disciplinas ministradas) e art. 4º-A, parágrafo único (participação de magistrados em eventos não se aplica a necessidade de comunicação ao órgão competente do Tribunal), da Resolução 34/2007-CNJ, com as alterações da Resolução 226/2016-CNJ e da Resolução 373/2021-CNJ.	- Res. 34/2007-CNJ, art. 3º e parágrafo único do art. 4º-A, c/c a Resolução CNJ n.º. 226/2016 e da Resolução 373/2021-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação acerca de Magistrados (Atividades de Docência) seja alterado.	CGJ
	Currículos de Magistrados	No <i>site</i> constam publicações de informações referentes aos magistrados: Dados biográficos, telefones e endereço eletrônico?	- Lei 12.527/2011, art. 8º.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos Currículos de Magistrados seja alterado.	SECOMS
Lista de Veículos Oficiais	-	O site apresenta lista de veículos oficiais utilizados, com indicação das quantidades em cada uma das categorias definidas no art. 2º da Resolução 83/2009-CNJ?	- Res. 83/2009-CNJ, art. 5º.	Anualmente, até 31 de janeiro.	SAD / ST
	História	Acha-se disponibilizada no site a “História” do TJRN?	- Boas práticas	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página “História” seja alterado.	BIBLIOTECA /SAD

Informações Institucionais	Competências e Responsabilidades	No <i>site</i> está publicado o registro das competências e responsabilidades do PJRN?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I; - Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 3.	Caso haja alteração relativamente a competências/responsabilidades do PJRN.	SGE
	Composição	Acha-se disponibilizada no <i>site</i> a “Composição” do TJRN?	- Boas práticas.	Sempre que, no <i>site</i> do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página “Composição” seja alterado.	SG
	Organograma	No <i>site</i> está publicada a estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I; - Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, II; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 4.	Sempre que haja alteração da sua localização (endereço eletrônico) no <i>site</i> do TJRN, ou sempre que o organograma sofra atualização.	SG
	Contatos	No <i>site</i> estão publicados endereços, inclusive eletrônicos?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I.	Sempre que haja alteração do endereço eletrônico da página “contatos”, relativamente à Corregedoria, à Ouvidoria, às Comarcas, à ESMARN e à Lista Telefônica do próprio TJRN.	SECOMS
		O TJRN publica telefone(s) das respectivas unidades?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I; - Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, II; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 17.		
O TJRN publica horários de atendimento ao público?		- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, I; - Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, II; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 18.			
	No <i>site</i> está publicado o				

Órgãos Colegiados	Calendários das Sessões Colegiadas	calendário das sessões colegiadas?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, VI; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 10.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização do calendário das sessões colegiadas seja alterado.	SG
	Pautas de Julgamentos	No <i>site</i> está publicada a pauta de julgamentos?	- Lei 12.527/2011, art. 7º, V; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 11.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da pauta de julgamentos seja alterado.	SG
	Atas das Sessões	No <i>site</i> estão publicadas as atas das sessões dos órgãos colegiados?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 22, § 2º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 14.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização das atas das sessões dos órgãos colegiados seja alterado.	SG
Governança de TIC	Comitê de Governança – CGTIC	O TJRN divulga no <i>site</i> o rol dos integrantes do Comitê de Governança – CGTIC?	- Res. 211/2015-CNJ; - Res. 03/2019-TJRN.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do CGTIC seja alterado.	SETIC
	Plano Estratégico – PETIC	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)?	- Res. 211/2015-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 30.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do PETIC seja alterado.	SETIC
	Plano Diretor – PDTIC	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)?	- Res. 211/2015-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 30.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do PDTIC seja alterado.	SETIC
	Política de Segurança da Informação – PSI	O TJRN instituiu o Sistema de Gestão da Segurança da Informação e publicou, na <i>internet</i> , as informações sobre o referido sistema?	- Res. 211/2015-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da PSI seja alterado.	SETIC

	Política de Gestão de Pessoas de TIC	O TJRN publicou, na <i>internet</i> , a Política de Gestão de Pessoas de TIC?	- Res. 211/2015-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da Política de Gestão de Pessoas de TIC seja alterado.	SETIC
	Plano Orçamentário de TIC	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano Orçamentário de TIC?	- Res. 211/2015-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 31.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano Orçamentário de TIC seja alterado.	SETIC
	Plano de Aquisições e Contratações	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano de Aquisições e Contratações da área de TIC?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano de Aquisições e Contratações seja alterado.	SETIC
Gestão Socioambiental	Plano de Logística Sustentável – PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , o Plano de Logística Sustentável – PLS?	- Res. 201/2015-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 80.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação do Plano de Logística Sustentável – PLS seja alterado.	SGE
	Planos de Ação do PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , os planos de ação do PLS?	- Res. 201/2015-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 81.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos Planos de Ação do PLS seja alterado.	SGE
	Relatórios de Desempenho do PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , os Relatórios anuais de desempenho do PLS?	- Res. 201/2015-CNJ; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 82.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação dos Relatórios anuais de desempenho do PLS seja alterado.	SGE
	Comissão Gestora do PLS	O TJRN publica, na <i>internet</i> , a norma instituidora da	- Res. 201/2015-CNJ.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação da norma	SGE

		Comissão Gestora do PLS?		instituidora da Comissão Gestora do PLS seja alterado.	
Comissões, Comitês e Grupos Gestores	Composição	O TJRN divulga no site atos administrativos dos integrantes de Comissões, Comitês e Grupos Gestores?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização de dados/informações acerca de Comissões, Comitês e Grupos Gestores seja alterado.	SG
	Pautas, Atas e Resultados de Reuniões	No site estão publicados a pauta das reuniões de comissões e respectivos resultados e atas?	- Lei 12.527/2011, art. 7º, V; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 16.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização de Pautas, Atas e Resultados de Reuniões de comissões seja alterado.	SG
Peritos e Órgãos Técnicos/Científicos	Relação de Peritos/Órgãos Cadastrados	O TJRN divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	- Res. 233/2016-CNJ, art. 3º; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 75.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da relação de peritos seja alterado.	NuPeJ
	Editais de Credenciamento	O TJRN publicou edital fixando os requisitos a serem cumpridos e os documentos a serem apresentados pelos profissionais e pelos órgãos interessados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	- Res. 233/2016-CNJ, art. 2º.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização dos referidos editais de credenciamento seja alterado.	NuPeJ
	Legislação	O TJRN disponibiliza no site resolução(ões) que cuida(m) das normatizações vinculadas ao Núcleo de Perícias?	- Boas práticas.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização das resoluções vinculadas ao Núcleo de Perícias seja alterado.	NuPeJ

Metas e Estatísticas	Resultados Alcançados pelo TJRN	O TJRN disponibiliza no site os resultados alcançados pelo órgão?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 2.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização das Metas e Estatísticas seja alterado.	SGE
	1º Grau – Metas	O TJRN disponibiliza no site metas e indicadores?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 1.		
	1º Grau – Produtividade dos Magistrados				
	1º Grau – Produtividade das Serventias	No <i>site</i> estão publicados os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, IV; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 7.		
	1º Grau – Taxa de Congestionamento				
	2º Grau – Metas	O TJRN disponibiliza no site metas e indicadores?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, I; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 1.		
	2º Grau – Produtividade dos Desembargadores				
	2º Grau – Produtividade das Serventias				
		No <i>site</i> estão publicados os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, IV; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 7.		

	2º Grau – Taxa de Congestionamento				
	Justiça em Números				
Audiências e Consultas Públicas	Audiências e/ou Sessões Públicas	No <i>site</i> estão publicadas as audiências públicas ou outras formas de participação popular?	- Lei 9.527/2011, art. 9º, II; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 9.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de Audiências e/ou Sessões Públicas realizadas seja alterado.	SGE
	Consultas Públicas	No <i>site</i> estão publicadas as consultas públicas ou outras formas de participação popular?	- Lei 9.527/2011, art. 9º, II; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 9.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de Consultas Públicas realizadas seja alterado.	SGE
Programas, Projetos e Ações	Programas e Projetos Estratégicos	No <i>site</i> estão publicados os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, V; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 6.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico da localização da página de divulgação de “Programas e Projetos Estratégicos” seja alterado.	SGE
	Plano de Obras	No <i>site</i> estão publicados os dados gerais para o acompanhamento do Plano de Obras do TJRN?	- Lei 12.527/2011, art. 8º, § 1º, V; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 6.	Até 5 dias úteis após publicação de Resolução que aprove/altere o Plano de Obras do TJRN para determinado exercício.	SG
Atos Normativos do TJRN	Resoluções				
	Portarias	No <i>site</i> estão publicados os atos normativos expedidos pelo TJRN?	- Res. 215/2015-CNJ, art. 6º, V; - Res. 215/2015-CNJ, ANEXO II, item 5.	Sempre que, no site do TJRN, o endereço eletrônico onde se acham divulgadas as Resoluções, ou as Portarias ou as Portarias Conjuntas seja alterado.	SG

	Portarias Conjuntas				
Glossário	-	O TJRN disponibiliza no Portal da Transparência Glossário, com vistas a auxiliar os consulentes/usuários relativamente à compreensão acerca de termos vinculados aos assuntos nele versados?	- Boas práticas.	Sempre que haja necessidade de alteração/atualização.	SAI
<p>UNIDADES RESPONSÁVEIS: CGJ (Corregedoria Geral de Justiça); Ouvidoria; ESMARN (Escola da Magistratura do RN); SG (Secretaria Geral); SAD (Secretaria de Administração); SAI (Secretaria de Auditoria Interna); SGE (Secretaria de Gestão Estratégica); SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças); SETIC (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação); DRH (Departamento de Recursos Humanos); DRM (Departamento de Recursos Materiais); CLCC (Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios); ST (Subseção de Transportes); NuPeJ (Núcleo de Perícias Judiciais).</p>					